



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001131-39.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Regime Previdenciário**
 Requerente: **SUELY DE SOUZA**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Arielle Escandolhero Martinho Fernandes**

Vistos.

Trata-se de ação de obrigação de fazer, com pedido de tutela antecipada, proposta por Suely de Souza, contra a Fazenda Pública do Estado de São Paulo. Sustenta a autora que é Professora da Educação Básica II, e trabalha para na Secretaria da Educação desde 1982. A requerente solicitou a liquidação de tempo de escola no final de 2007, e somente em 2011 o DRHU (Departamento de Recursos Humanos teria devolvido o PUCT (Processo único de Contagem de Tempo) para a Diretoria de Ensino para fazer algumas alterações. Foi informada de que a contagem de tempo foi suspensa até o julgamento de processo relativo à abandono de cargo. Requer a tutela antecipada para que a requerida seja obrigada a emitir a liquidação de tempo de serviço para fins de aposentadoria, bem como indenização por dia de atraso, bem como a concessão de aposentadoria.

O Juízo indeferiu a antecipação de tutela. Foram deferidos os benefícios da assistência judiciária gratuita.

Em contestação, a Fazenda Pública sustenta que em momento algum foi pedida a aposentadoria administrativamente pela autora, e os documentos acostados não são capazes provar que a requerente já preencheu os requisitos para a aposentação. Não houve de pedido administrativo para contagem de tempo de aposentadoria, mas apenas um pedido de informações, cujo protocolo não foi juntado pela autora. Requer a extinção do feito por carência de ação, eis que juntou a certidão, perdendo a ação o objeto.

Réplica às fls.47/49.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

O feito comporta julgamento antecipado da lide, consoante disposto no art. 355, I, do CPC.

O que almejou a autora é o pleno exercício do direito previsto constitucionalmente de obter informações sobre sua vida funcional. Entretanto, não trouxe a autora aos autos prova de requerimento administrativo prévio. Acresce que, como observou a Fazenda Pública, também não houve pedido administrativo da aposentadoria.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ao analisar o RE 631.240, de relatoria do Ministro Roberto Barroso, reconheceu a repercussão geral constitucional nele suscitada e, no mérito, fixou o entendimento de que o acesso à justiça depende de prévio requerimento administrativo nas ações de concessão de aposentadoria.

Assim, diante da ausência de prova de requerimento administrativo, inclusive para o pedido de contagem de tempo de serviço, a ação é improcedente.

Diante o exposto, julgo improcedente a ação. Imputo à autora as verbas de sucumbência, bem como honorários advocatícios, R\$ 1.000,00, observada a gratuidade da justiça.

P.I.C.

São Carlos, 11 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**